

CONSELHOS DE CLASSE COMO INSTÂNCIAS COMPLEMENTARES DE AVALIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

CLASS COUNCILS AS A COMPLEMENTARY EVALUATION INSTANCE AND PARTICIPATION IN SCHOOL



Vol. 9 Número especial

jul./dez. 2014

p. 515 - 525

Andrea Stefania Mascarello¹

Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha²

RESUMO: De natureza bibliográfica, o objetivo da pesquisa foi levantar as dissertações e teses que tinham como objeto de estudo os Conselhos de Classe e estavam disponíveis no Banco de Teses da CAPES, entre 2000 e 2011, a fim de identificar como a temática vem sendo discutida nas pesquisas acadêmicas interessadas na Educação Básica. A análise dos textos evidenciou que os Conselhos de Classe são discutidos como instâncias de avaliação dos alunos e, em outros casos, como oportunidades de participação na escola. De maneira geral, as pesquisas que concebem os Conselhos de Classe como oportunidades de participação valorizam a formação do sujeito político e o exercício da democracia. Como prática de responsabilidade compartilhada, o Conselho pode fortalecer a gestão democrática da escola e promover a melhoria da capacidade de relacionamento, expressão, convívio e respeito de toda a comunidade. Além disso, pode desenvolver o senso crítico dos alunos, a autonomia dos pais e a revisão das práticas pedagógicas dos professores. Os Conselhos de Classe Participativos, em especial, ainda enfrentam muito desafios, pois a cultura de assimetria e concentração de poder nas mãos de diretores e professores precisa ser transformada.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de classe; gestão democrática; avaliação da aprendizagem.

ABSTRACT: With a bibliographic nature, the main purpose of this research is to bring up all dissertations and thesis available on the Thesis CAPES Database (Brazilian Governmental Coordination to Improve Graduated Personnel) that had the Class Councils as a subject of study, from 2000 to 2011, to identify how such matter is being discussed in academic researches on the Elementary Education. The analysis of the researches showed that the Class Councils are considered in some cases as an instance of students evaluation, and in other cases as an

¹Licencianda em Filosofia na Universidade Metodista de Piracicaba.

²Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba.

opportunity of participation in school matters. Generally, the researches that consider Class Councils as an opportunity of participation value the formation of political people and the democracy exercise. As a practice of shared responsibility, the Class Council can strengthen democratic school management and promote the relationship improvement, respect and welfare of the school community. Furthermore, it can develop critical sense on the students, a parental autonomy, as well as an opportunity to review teachers' pedagogic practices. Specially the Participative Class Councils still face many challenges, such as the uneven culture of participants and the political power concentrated in the hands of principals and teachers, matters that must be transformed.

KEYWORDS: Class Council; democratic management; learning evaluation.

Introdução

Este estudo faz parte de um projeto financiado pelo CNPq/Capes que busca compreender como os espaços coletivos da escola vão se constituindo como experiências formativas para gestores, professores e alunos.

Nos limites desse texto sistematizamos a revisão bibliográfica das dissertações e teses que têm como objeto de estudo os Conselhos de Classe e que estavam disponíveis no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período compreendido entre 2000 e 2011, a fim de identificar como a temática vem sendo discutida nas pesquisas interessadas na educação básica.

No estado de São Paulo as Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais, aprovadas pelo Parecer CEE nº 67/98 (SÃO PAULO, 1998) estabelecem dois tipos de Colegiados: o conselho de escola, constituído nos termos da legislação e os conselhos de classe e série, constituídos nos termos regimentais.

O Conselho de Escola, segundo o artigo 16, "articulado ao núcleo de direção, constitui-se em colegiado de natureza consultiva e deliberativa, formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar" (SÃO PAULO, 1998). Sua atuação deverá respeitar os princípios e diretrizes da política educacional, da proposta pedagógica da escola e a legislação vigente. Sua composição e atribuições estão definidas em legislação específica.

Os Conselhos de Classe e Série, responsáveis pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem, devem propiciar o debate permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem e orientar o processo de gestão do ensino. O artigo 21 prevê que os mesmos serão constituídos por todos "os professores da mesma classe ou série e contarão com a participação de alunos de cada classe, independentemente de sua idade" (SÃO PAULO, 1998). A previsão é que os conselhos de classe e série devem se reunir uma vez por bimestre ou quando convocados pelo diretor.

Os Conselhos, portanto, são "espaços de participação de professores, funcionários, pais, alunos, diretores e comunidade nas unidades escolares" (DOURADO, 2007, p.937) e "debate e negociações em torno das necessidades e prioridades da escola e como um canal de democratização da gestão escolar" (AGUIAR, 2008, p.141).

Na concepção de nosso trabalho, a gestão democrática é um

processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do "jogo" democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (DOURADO, 1998, p.79).

Como processo de aprendizado e luta política, os Conselhos podem promover oportunidades de discussão e revisão da prática docente, superando a construção do

fracasso escolar (WERLE, 2003), e contribuir com a formação da subjetividade e criticidade do professor e do aluno (CRUZ, 2005).

Especificamente com relação aos conselhos de classe, como nos lembra Fernandes (2002, p. 114-115), a avaliação é mais do que "um debate técnico: ela implica um debate ético e político sobre os meios e os fins da educação" (p. 114-115). Enfatiza que é preciso "trabalhar na direção da construção de uma cultura de avaliação, incorporada à instituição (escola ou sistema) e, como espaço de reflexão sistemática, visando a novas tomadas de decisão" (p. 139).

Método

O levantamento das dissertações e teses no Banco de Teses da CAPES foi orientada por dois descritores: "conselho de classe" e "conselho escolar". Foram encontrados 86 registros para "conselho de classe" e 178 registros para "conselho escolar". O descritor "conselho escolar", que é muito mais amplo e envolve outros tipos de conselho, foi empregado para assegurar que todas as pesquisas sobre conselhos de classe pudessem ser identificadas.

Desse universo, com base na leitura dos títulos e resumos, foi percebido que a maioria das pesquisas não problematizava o espaço do conselho de classe especificamente, isto é, não tinha como objeto de investigação a dinâmica instituída nos conselhos de classe, mas recorria a esses conselhos como fonte de levantamento de informações para questões as mais variadas: práticas de avaliação, avaliação institucional, ensino-aprendizagem, indisciplina, interações pais e educadores, educação inclusiva, fracasso escolar, entre outras temáticas.

Foram identificados dezenove resumos cujo objeto de discussão era o conselho de classe. Desses dezenove, localizamos doze trabalhos nas bibliotecas digitais das universidades. Os outros sete não foram localizados em nenhum sítio na internet e nem depois de tentativas de contato com seus autores.

Nas dissertações analisadas durante a pesquisa bibliográfica (BUCHWITZ, 2007; CAMACHO, 2010; CUNHA, 2005; DEBATIN, 2002; GUERRA, 2006; LELES, 2007; NUNES, 2008; PEREIRA, 2007; RODRIGUES, 2010; SANTOS, A., 2006; SANTOS, F., 2006; VARGAS, 2008) reconheceu-se que os Conselhos de Classe eram compreendidos como instâncias de participação privilegiada, bem como de avaliação dos alunos, professores e do projeto político-pedagógico da própria escola.

Embora as instâncias de participação e avaliação sejam complementares, optamos nesse trabalho por discuti-las separadamente a fim de evidenciar seus principais aspectos e melhor argumentar sobre suas potencialidades e limites.

Conselhos de classe e participação

As pesquisas de Buchwitz (2007), Camacho (2010), Leles (2007) e Pereira (2007), em especial, discutem o processo de gestão democrática buscando compreender como os sistemas de ensino no Brasil respondem e se organizam para atingir os princípios desse modelo.

Para isso, as pesquisadoras recorrem a Paro (2001) destacando que a gestão democrática na escola representa uma possibilidade de acesso do aluno às noções de ética e liberdade. Contudo, é necessário que se garantam condições para que os mesmos sejam alcançados. Se a gestão escolar tem como foco a democracia, podemos afirmar que ela só será alcançada pelo caminho do não autoritarismo. Buchwitz (2007) afirma que a democracia deve partir da prática política que, por sua vez, só é alcançada pela educação e pelos aprendizados escolares.

A gestão democrática das escolas observadas pelas quatro pesquisadoras, todas estaduais, especificamente da rede de São Bernardo do Campo, SP (BUCHWITZ, 2007; PEREIRA, 2007), São Paulo, SP (CAMACHO, 2010) e Gama, DF (LELES, 2007), exigiu mais do que a simples mudança de atitude de um único sujeito da escola. Essa mudança precisou se estender para os hábitos de convívio de todos os educadores, na gestão das salas de aula, na partilha das responsabilidades sobre o trabalho educativo, na melhoria da capacidade de relacionamento, expressão, convívio e respeito de toda a comunidade.

Vargas (2008) compreende que o Conselho de Classe tem o poder consultivo, deliberativo, avaliativo e fiscalizador, podendo assim tomar decisões sobre as ações pedagógicas, administrativas e financeiras desenvolvidas na esfera escolar. Na conjugação desses fatores, a autora destaca que o principal ponto a ser trabalhado dentro do Conselho de Classe é a gestão democrática, que possibilitará a compreensão da uma escola como um espaço de contradição. Segundo a pesquisadora, a escola tem como função a democratização dos sujeitos e da sociedade e a escola deve tomar pra si o papel de mediar conhecimento e emancipação humana, promovendo a transformação social. Isso implica reconhecer o papel político que há na escola, entrelaçado ao seu papel pedagógico, determinando assim um compromisso político em seu processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa de Cunha (2005) destaca que o Brasil vive imensas contradições no que diz respeito aos ideais de democracia, pois a escola, no contexto de globalização, é levada a projetar ajustes na formação para o trabalho, resultando em uma redução da cidadania. O exercício da cidadania exige uma participação ativa e construtiva nas estruturas da sociedade (política, econômica, social e cultural) e a educação visando à cidadania exige uma construção de contextos e práticas democráticas na escola, indo além da preparação para o trabalho. Cunha compreende que a participação dos alunos nas decisões que envolvem a escola possibilita ao jovem ganhar mais responsabilidade social, sendo ele então um sujeito participante do processo educativo.

Partimos do princípio que os Conselhos de Classe são dirigidos por pessoas que exercem o poder na escola através da palavra e que o nível da escolaridade e o nível sociocultural dos participantes determinam as relações de poder e negociação ali presentes.

As pesquisas de Buchwitz (2007) e Vargas (2008) destacam exatamente a assimetria que existe em muitos Conselhos de Classe Participativo e o fato de que alunos e pais, muitas vezes, se sentem desconfortáveis para expressar suas opiniões diante de diretores e professores. Os Conselhos de Classe Participativos são aqueles em que alunos e pais participam e, em diálogo com professores e equipe gestora, assumem responsabilidades e compromissos comuns.

Aprofundando a questão sobre as relações de poder que permeiam a educação, Leles (2007) considera que o patrimonialismo ainda é existente na maioria das escolas do Distrito Federal onde realizou sua pesquisa. Isso significa que os gestores e professores se comportam de forma autoritária e tratam as instituições que atuam como se fossem propriedades particulares, tratando os alunos como seus subordinados.

Leles (2007, p.85) afirma que

assim como os pobres são responsabilizados pela própria pobreza, o fracasso escolar é atribuído aos alunos e também à família que, não raramente, são tidos como únicos responsáveis, eximindo as políticas públicas, o sistema educacional e o autoritarismo dos gestores e professores dos resultados negativos. É raro o reconhecimento de que a falta de um Projeto Político Pedagógico consistente e participativo e a falta de democracia nas diversas relações estabelecidas na escola (entre gestores e funcionários, gestores e alunos, professores e alunos, escola e comunidade, além de outras) possam interferir, negativamente, na qualidade do ensino. Parece haver maior preocupação com a transmissão de ordens e cumprimento de currículos do que com a participação e compreensão por parte dos alunos e a interação com a comunidade. A escola precisa repensar sua prática. Quando os alunos e pais se posicionam contrariamente aos docentes e direção é porque algo está errado.

Em todas as pesquisas analisadas aparece uma preocupação quanto ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas pesquisadas. Em comum, o argumento de que o desenvolvimento do PPP deve valorizar as práticas pedagógicas, vislumbrando assim a participação ampla de todos os envolvidos nesse processo. Contudo, verificou-se em algumas delas que a falta de uma comunidade, de uma coletividade, tanto no desenvolvimento quanto nas ações que envolviam o PPP acabavam por prejudicar a implantação e o desenvolvimento da gestão democrática.

Pereira (2007) aponta que o termo 'gestão democrática' está diretamente ligado ao termo 'autonomia escolar', ou seja, é através de uma gestão democrática que a escola irá, como um todo, conquistar sua autonomia. A autora destaca que a autonomia da escola deve estar associada a uma progressiva democratização da escola, bem como da comunidade escolar. Ainda na visão da autora, mesmo com um grande crescimento na bibliografia que trata desse tema, os professores, de um modo geral, não compreendem a importância dessa autonomia e, sem contar muitas vezes com o apoio dos demais membros da escola, acabam por desistir e se acomodam no cotidiano que vivem.

O trabalho de Leles (2007) também discute a autonomia defendendo que a escola é quem deve proporcionar autonomia, pois ela é quem dá possibilidades dos envolvidos darem a sua opinião e também de respeitarem a opinião dos demais. Dessa forma, todos os envolvidos têm capacidades de participação, seja na elaboração ou na execução dos projetos na escola, sendo que, para uma gestão democrática, isso representa uma possibilidade de desenvolver um ambiente onde as pessoas são ouvidas e respeitadas, onde, apesar dos conflitos de opiniões, as discussões são pautadas no respeito, sem subordinação de ninguém, buscando as soluções necessárias pensando no coletivo.

Para Buchwitz (2007, p.56), o Conselho de Classe e Série da escola,

é um momento para análise dos avanços dos alunos, do desempenho dos professores e da equipe escolar. O Diretor é o mediador e tem a missão de conduzir a reunião de Conselho de forma democrática, usando sempre o bom senso para resolver situações de conflito que possam surgir, não perdendo de vista o resgate da autoestima dos alunos. É necessário que todos os envolvidos estejam conscientes de que a escola deve ser espaço de ensinar e aprender.

Pereira (2007) considera que, por parte dos professores, muitas vezes o Conselho Participativo é usado para expor os problemas que os próprios professores criam diante de suas práticas, ao invés de ser um espaço para que os professores proponham novos caminhos e novos desenvolvimentos. E nessa atitude, os alunos com baixo rendimento são "usados", como descreve a autora, como justificativa para que os professores tenham mais espaço de expor suas dificuldades pedagógicas.

A participação dos pais e alunos no Conselho de Classe pode contribuir com a avaliação e solução dos problemas encontrados, bem como valorizar os processos de ensino e aprendizagem, dando oportunidade aos alunos de manifestarem suas opiniões quanto à sua aprendizagem. Por isso é necessário compreender que os Conselhos são, para suas comunidades, espaços onde se pode aprender a fazer democracia, onde a formação do sujeito político se faz independentemente de sua origem, escolaridade ou renda.

Buchwitz (2007) afirma que o Conselho de Classe Participativo é de suma importância, pois também desenvolve o sendo crítico dos alunos, a autonomia dos pais, já que podem participar e ajudar nas decisões da escola, o que contribui para uma reorganização pedagógica de toda a escola.

Entre a proposta de um Conselho de Classe Participativo e sua efetiva implantação a favor da gestão democrática e experiência de construção da responsabilidade política e autonomia dos estudantes, pais e professores, muitos desafios devem ser enfrentados.

Pereira (2007), por exemplo, salienta que os Conselhos de Classe e Série, bem

como os Conselhos de Escola e os Grêmios Estudantis são subutilizados nas escolas. No caso dos Conselhos de Classe e Série, por exemplo, muitos deles, ao invés de priorizarem a identificação dos problemas e a busca coletiva de soluções para os mesmos, garantindo um momento de avaliação de toda a equipe pedagógica, têm se constituído como momentos para a declaração de “sentenças” em relação aos alunos.

Ao considerarmos as análises das pesquisas sobre o Conselho de Classe Participativo, podemos concluir que o mesmo está passando por um processo de transição. Contudo, este processo tem se configurando como um aliado na construção de uma gestão mais democrática. A escola que pratica e que tem o Conselho de Classe e Série como um instrumento de articulação entre comunidade e escola, sem dúvida, dá um grande passo na formação de alunos cidadãos mais conscientes.

De um modo geral, foi comum a todos os relatos dos diretores das escolas observadas pelas pesquisadoras que os mesmos buscavam, com a gestão democrática e com os Conselhos de Classe Participativos, uma elevação nos níveis da qualidade do ensino oferecido, buscando com que os alunos tivessem um melhor aproveitamento, que os professores revisassem suas práticas e os pais fossem mais participativos na vida escolar dos filhos.

Buchwitz (2007) considera que o Conselho de Classe e Série é atualmente um dos instrumentos de participação da comunidade escolar que mais pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, mesmo que este se estenda ao âmbito da avaliação. Importante destacar que o Conselho não se limita apenas às questões de avaliação, mas essa questão será melhor discutida quando o aluno é ouvido, quando o professor escuta suas queixas e assim o aluno passa a se sentir mais significativo dentro da escola. “A democracia é um caminho que se aprende ao caminhar, não existe receita, não existe democracia por decreto” (BUCHWITZ, 2007, p.89).

Na mesma linha de argumentação, Camacho (2010) sustenta que os Conselhos de Classe e Série não devem estar associados exclusivamente à avaliação, muito menos no sentido de exclusão e rotulação dos alunos, mas enfocar a realização de projetos e parcerias com a comunidade. Para que valores como direito, justiça e democracia sejam fortalecidos, o Conselho de Classe deve ter caráter transformador, visando uma função social dentro da escola, trazendo para a aprendizagem uma prática mais reflexiva. Enfim, na perspectiva da autora, o Conselho de Classe deve também permitir ao professor repensar sua prática criando assim novos recursos didáticos; deve permitir ao aluno acompanhar seu desempenho e seu processo de aprendizagem, de modo que ele possa acompanhar seus avanços e dificuldades; deve permitir à escola se repensar e se reorganizar, desenvolvendo melhor sua prática educativa; e, por fim, deve permitir aos pais conhecer melhor as práticas pedagógicas dos professores, a fim de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos.

Conselhos de classe e avaliação

As leituras realizadas apontam que o Conselho de Classe é palco de muitos conflitos entre professores e alunos quando a avaliação tem caráter classificatório e se propõe simplesmente a validar o resultado obtido pelos alunos e emitido pelo professor, que centraliza a discussão pedagógica no comportamento do aluno, o que explicaria o fracasso ou o sucesso escolar. Nesse sentido, a avaliação costuma recair sobre a pessoa do aluno e desvincula-se de sua função diagnóstica, tornando-se punitiva, hierarquizando os envolvidos no processo ensino-aprendizagem pelo poder do professor.

As avaliações realizadas nos Conselhos de Classe mostram, nos trabalhos analisados, uma síntese dos comentários que os professores tecem a respeito dos comportamentos apresentados pelos educandos, sobretudo o comportamento disciplinar.

Desse modo, as avaliações apoiam-se na ideia de aluno e turma “ideais” em comparação ao que lhes falta. Por se tratar de um “ideal”, reforça-se geralmente aquilo que o sujeito não tem, ou seja, o que o aluno não é e naquilo que foge da norma escolar. Essa avaliação implica num julgamento, isto é, o educando é julgado por princípios normativos e morais de boa conduta e bom aluno. A repercussão desse modo de avaliar se dá no trabalho do educador, que não alcança esse aluno.

Santos, F. (2006) aborda em seu trabalho que participar das decisões pedagógicas de uma escola é redimensionar valores e posturas, é partilhar poder e não disputar poder, o que não se dá por via de leis ou regimentos, pois o espaço da participação é construído lentamente e com a presença constante do diálogo, onde participar traz dificuldades e acarreta riscos que nem sempre estamos dispostos a correr. A avaliação formativa apresenta uma ruptura com o modelo tradicional e apresenta uma postura diferenciada para o professor e para o aluno na qual todos são responsáveis pela aprendizagem e a avaliação está a serviço dessa aprendizagem. A autora também considera que a escola precisa construir a participação da comunidade em seus espaços pedagógicos e para isso necessita compreender o sentido de participar e quais as contribuições que a participação pode oferecer para a melhoria da qualidade da educação e, conseqüentemente, da escola.

Dessa forma, para que o processo de avaliação seja democrático e respeitando as singularidades dos sujeitos, os educadores se utilizam de diferentes recursos tais como a observação em sala de aula, o diário de classe, a constante reflexão da sua prática cotidiana, bem como dossiês, sumários, relatórios e também as ferramentas que já são cotidianas na vida profissional do professor como avaliações, provas, trabalhos escritos, individuais ou em grupos, pesquisas etc.

É também durante o Conselho de Classe que o professor terá a oportunidade de fazer uma reflexão sobre o seu trabalho, pois ao ouvir os demais colegas avaliando o resultado de suas respectivas turmas com as quais trabalha, percebe as várias formas de intervenção pedagógica, podendo, se for o caso, mudar o seu próprio procedimento com determinada turma ou aluno.

Neste caso, avaliam-se também, no Conselho de Classe, as decisões anteriores tomadas pela gestão e se as soluções propostas tiveram bom êxito ou se há necessidade de retornar ao problema. Mas, em todos os casos, o que se tem como aspecto relevante é a possibilidade de modificação da prática pedagógica a fim de adequá-la às necessidades de aprendizagem específicas, entendendo a prática pedagógica como uma prática cíclica, que por sua vez, necessita de uma constante reflexão.

Percebemos nas pesquisas, principalmente em Guerra (2006), que tanto professores como alunos se queixam uns dos outros para a gestão da escola, sendo que os primeiros esperam que os segundos tenham interesse, motivação e se tornem disciplinados a fim de mudarem sua prática pedagógica. Já os alunos esperam que os professores deem aulas interessantes para se motivarem e delas participarem. Também observamos serem muito reforçados (e lembrados) pelos professores e gestão os comportamentos indesejados nos educandos. No entanto, pode-se levantar a hipótese que quanto mais estes ouvem dizer como eles são, mais eles se veem dessa maneira, não vendo a possibilidade de serem diferentes. Por outro lado, há uma avaliação feita pelos professores sobre as capacidades ou incapacidades dos alunos, quando se leva em conta um aluno “ideal”, reforçando-se justamente aquilo que o aluno não tem. Nesse caso, respeito, disciplina, colaboração, capacidade de manter diálogo com a turma e os professores e que o aluno fique em silêncio, são os ideais de postura desejados pelos professores.

Dessa forma, a prática do Conselho de Classe possibilita verificar a postura do educador diante do processo ensino-aprendizagem, vislumbrando coerência entre a prática pedagógica e a proposta da escola, o que resulta na aproximação e melhor relacionamento

entre professor e aluno, considerando também o comportamento do aluno em face da classe, dos demais colegas, do professor e da escola e se há coerência entre critérios de avaliação adotados pelos diferentes professores.

Para Debatin (2002) e Nunes (2008) a partir do Conselho de Classe Participativo há uma expectativa da escola de que os alunos sejam mais participativos, mais unidos e companheiros, que possam dialogar mais e que respeitem os professores e demais colegas. Pode-se dizer que há uma preocupação com o aluno no sentido de melhorar o seu processo ensino-aprendizagem e suas relações sociais. Para tal mudança ocorrer, verifica-se um movimento das escolas no sentido de conscientizar os educadores para uma avaliação que seja constituidora do processo ensino-aprendizagem. A avaliação norteia as ações do educador, indica-lhe caminhos e oportuniza a reflexão de sua ação junto aos alunos.

Assim, o Conselho de Classe como um momento de avaliação deve ser utilizado como espaço de ação e reflexão de toda a prática pedagógica no sentido de compreender o processo ensino-aprendizagem para mudar o processo avaliativo. Poderia também, sendo participativo, contribuir para o educando desenvolver o senso de observação, criatividade, responsabilidade e formas de expressão. Com isso o aluno se tornaria participativo, crítico e um agente transformador da sociedade.

Quando a escola não permite a participação efetiva do aluno nos processos pedagógicos, por receio deles não saberem o que dizer ou como vão se comportar diante do ambiente do Conselho de Classe, por medo de como isso se dará diante dos educadores, ela contribuiu com a ideia de que a função da avaliação é controlar, já que é exercida de cima para baixo, cooperando para o autoritarismo dentro do ambiente escolar. Santos, F. (2006) aponta que acreditar que os educandos não tem capacidade de avaliar o trabalho pedagógico em que estão inseridos é um equívoco, partindo da ideia de que mesmo que os oferecimentos de espaços para a participação deles sejam reduzidos, eles sabem expressar com clareza como um trabalho pedagógico deve ser desenvolvido para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

A escola que se propõe a uma educação voltada para a aprendizagem, como afirma Santos, A. (2006), visa a melhoria e o aperfeiçoamento do sujeito e a transformação da avaliação é uma aliada do processo de aprendizagem voltado para o desenvolvimento individual e a busca do conhecimento. Dessa forma, a avaliação estará a serviço de uma prática democrática com vistas à formação de uma sociedade equânime, equitativa e ética.

O autor aponta que no Projeto Político-Pedagógico, a avaliação deve passar todo o processo, possibilitando a reflexão sobre os aspectos políticos e sociais da escola. Refletir sobre o primeiro implica levar em conta que a proposta pedagógica não deve se desvincular da segunda, portanto, dos aspectos sociais e políticos da educação, e de serem percebidas as contradições e os conflitos que a escola vive em função do papel social que desempenha como instância inserida em uma sociedade capitalista que propicia à perpetuação dos valores desse modo de produção que aprecia o individualismo, o poder centralizado, a divisão de classe, a exclusão social. Nesse sentido é que podemos considerar que a escola reproduz e reforça as características da nossa sociedade capitalista, sem perceber que a avaliação deve estar aliada aos objetivos e concepções que a escola assume, pois se os mesmos não estiverem claros, as ações também não o serão.

Nunes (2008) considera que os Conselhos de Classe são muito importantes no sentido de se saber que tipos de alunos compõe a comunidade escolar, pois a partir dessa definição é que fica possível saber quais são os papéis desses sujeitos na escola, bem como nortear os papéis dos demais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Neste caso, Debatin (2002, p.51) justifica afirmando que

as avaliações feitas nos Conselhos de Classe, sejam eles participativos ou não, são decorrentes da relação estabelecida pelos educadores com os educandos desde o início do ano letivo. Outros

fatores também estão implicados nessas avaliações como: o que é avaliado, de que maneira e os instrumentos utilizados para avaliar durante o período de aulas.

É pelo diálogo entre o professores, alunos e gestão, em um contexto de reflexão crítica, que é possível observar e perceber os problemas do cotidiano escolar buscando soluções cabíveis. Nesse sentido, a formação docente deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, fornecendo aos professores meios para desenvolver um pensamento autônomo que proporcione as dinâmicas de um trabalho livre e criativo com foco na construção de uma identidade profissional.

Debatin (2002) ainda destaca outros aspectos que desfavorecem a participação dos pais, pois nas falas desses professores a autora pode perceber dois aspectos. O primeiro deles é que esses professores compreendem o Conselho de Classe como um espaço de discussão de suas práticas e da atuação desses profissionais e, como já dito, os mesmos entendem que os pais dos alunos não têm qualificação e nem conhecimento para tal discussão. O outro aspecto é que no Conselho de Classe também se discute o progresso dos alunos no processo de ensino e, para muitos educadores, os pais que não acompanham a vida escolar de seus filhos em casa não têm condições de participar desse momento na escola.

Outro fator negativo é que na maioria das falas dos professores, durante os Conselhos de Classe, é que são ressaltados apenas os aspectos negativos da vida escolar dos alunos e quase nunca são citados os aspectos positivos. Isso, de certa forma, “espanta” os pais desses encontros, pois os mesmos se sentem envergonhados de irem à escola para participar desse momento. Além disso, esse tipo de comportamento por parte dos educadores acaba afastando o aluno, que se sente humilhado e impotente para cumprir seu papel de educando, o que faz Guerra (2006) compreender que muitas vezes a escola tende a ignorar as diferenças e as singularidades quando avalia o desenvolvimento individual e cultural dos alunos, o que desestimula a construção da avaliação dos alunos, fazendo com que a mesma fique desvinculada de um trabalho coletivo envolvendo todos os participantes da comunidade escolar e dando destaque apenas para as críticas, pois o próprio momento do Conselho de Classe verbaliza os descréditos que têm diante dos alunos.

Considerações finais

O levantamento bibliográfico evidencia que os estudos que tomam por objeto de investigação os Conselhos de Classe são escassos, o que contrasta com sua importância. Como instância de participação e avaliação, os Conselhos de Classe são também instâncias de formação para alunos, pais e professores.

O Conselho de Classe como instância coletiva de avaliação, quando participativo, é um excelente espaço para o exercício do diálogo e para a reflexão sobre a organização do trabalho pedagógico da sala de aula e de toda a escola. O Conselho de Classe Participativo estimula os processos comunicativos nos quais o diálogo assume papel de suma importância, desenvolve o senso crítico, auxilia na formação política dos alunos, na conquista da autonomia, além de ajudar professores e alunos a analisarem o processo pedagógico pela ótica do outro.

A qualidade tão desejada para a educação tem que ser construída com a participação da comunidade escolar na elaboração de um projeto que atenda às necessidades da comunidade, apoiada em práticas avaliativas não excludentes, que redimensionem a função social e política da educação. Nesse processo, faz-se necessária uma constante negociação de sentidos entre os participantes para que todos verbalizem as suas experiências, concordâncias e discordâncias. A colaboração pode gerar conflitos, questionamentos, críticas, mas quando assumida como experiência democrática pode oportunizar o crescimento e a tomada de decisão de todo o grupo.

Essa perspectiva de participação e avaliação, instâncias indissociáveis, faz o contraponto à escola que assume a função de seleção social e não cumpre seu papel de promotora de exercício e prática de cidadania.

Referências

- AGUIAR, M. A. S. **Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares. Educar**, Curitiba, n. 31, p. 129-144, 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a09.pdf. Acesso em: 01 fev. 2011.
- BUCHWITZ, T. M. A. **Conselho de Classe e Série: Tensões, acertos e desacertos na construção da gestão democrática**. 132p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação e Letras, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2007.
- CAMACHO, M. J. V. **Conselho de classe e série participativo: difícil aprendizagem para uma prática democrática**. 114p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Metodista de São Paulo, Educação, São Bernardo do Campo, 2010.
- CRUZ, C. H. C. **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar**. São Paulo: Loyola, 2005.
- DEBATIN, M. **Avaliação escolar e sua relação com o Conselho de Classe: um estudo em escolas da rede pública estadual de Florianópolis**. 160p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002.
- DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 fev. 2007.
- FERNANDES, M. E. A. **Avaliar a escola é preciso. Mas... que avaliação?** In: DAVIS, C. et al. **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 113-141.
- GUERRA, M. G. G. **Conselho de Classe: que espaço é esse?** 205p. Dissertação (Mestrado em linguística e estudos da linguagem), Faculdade de Educação, **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, 2006.
- LELES, M. A. **A participação dos estudantes na gestão da escola**. 137p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- NUNES, A. L. da S. **Uma escola na comunidade ou comunidade na escola?** 122p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- PARO, V. H. **Administração Escolar: introdução crítica**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PEREIRA, S. T. **Os conselhos de classe e série participativos das escolas estaduais paulistas: possibilidades e limites**. 114p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação e Letras, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2007.
- RODRIGUES, I. C. **Os ciclos e os conselhos de classe: o êxito e o fracasso escolar (ainda) em questão**. 182p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.
- SANTOS, A. L. **Conselho de Classe: um exame pela perspectiva da discrepância e da ação**. 150p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SANTOS, F. R. V. **Conselho de Classe: a construção de um espaço de avaliação coletiva**. 137p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

SÃO PAULO. **Conselho Estadual de Educação**. Parecer CEE N° 67/98, de 18 de março DE 1998. Dispõe sobre as Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/002/28.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

VARGAS, M. A. S. **O conselho de classe: a participação da comunidade escolar**. 139p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2008.

WERLE, F. O. C. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 180p.

Recebido em: 24/05/2014

Aprovado para publicação em: 17/10/2014